

SESSÕES DO PLENÁRIO

51ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 27 de maio de 2013.

PRESIDENTE: DEP. ADOLFO MENEZES *AD HOC*

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Euclides Fernandes, Graça Pimenta, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Uziel Bueno, Vando, Yulo Oiticica e Zé Neto. (51)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do Expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Fátima Nunes, comunicando sua ausência da sessão no dia 14/04/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Pastor Sargento Isidório, comunicando sua ausência da sessão no dia 02/05/2013, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Alan Sanches, comunicando sua ausência da sessão no dia 20/05/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, nobres deputados, servidores, Srs. da Imprensa, no último final de semana, com abertura na quinta-feira à noite, foi realizado um evento comemorativo do Dia da Mata Atlântica, dia 27 de maio. Nosso Estado tem uma parcela importante, mas só tem 7% desse ecossistema onde vive uma boa parte da população baiana no seu litoral. Nesse evento comemorativo chamado Viva a Mata, realizado em São Paulo, se discutiu e se lançou a campanha do cumpra-se, cumpra-se o Código Florestal, mesmo sendo esse que foi aprovado pelo Congresso Nacional – código retrógrado que foi um retrocesso e que, da forma como está, contribui mais para o desmatamento do que para a preservação das nossas florestas.

Foi um evento importantíssimo que, quinta-feira, contou com a presença de diversas ONGs, do SOS Mata Atlântica, do WWF, entre outras. Na abertura do evento o governador de São Paulo esteve presente. Essa presença foi digna de elogios, porque era um evento fundamental para a preservação das nossas florestas. Esse dia do cumpra-se deverá ser lançado também em vários estados. Essa foi uma iniciativa da Frentes Parlamentar Ambientalista.

Nesse evento também se inaugurou e se plantou a Frente do Estado de São Paulo. Na Bahia, nós que avançamos, inclusive descrevemos a nossa experiência, não sei porquê a Mesa Diretora ainda não aprovou. Então, várias Assembleias de todo o País, inclusive a de São Paulo, tomaram uma iniciativa muito além da nossa, a frente já está aprovada. O evento contou com a participação governador. A Assembleia Legislativa da Bahia não diz o motivo de não aprovar e de não encaminhar.

Então, um instrumento parlamentar fundamental como esse, inclusive a característica e o perfil inclui a sociedade civil, é muito importante. Não é apenas uma Frente de parlamentares, ela realmente funciona.

Nesse evento, nós descrevemos a criação do GT de Acompanhamento do Código Florestal e a criação do GT de Resíduos Sólidos. Também vamos implantar o GT da Caatinga e o GT das Águas, de forma que possamos acompanhar, debater e, realmente, intervir de forma concreta na conservação do nosso meio ambiente, na conservação das águas que, cada vez mais, a água potável se torna mais cara. Então, não vejo porque a Assembleia Legislativa da Bahia não aprova. Aqui se aprovou tantas frentes! Inclusive, quero falar que ficou acertado que o próximo encontro das Frentes Parlamentares Ambientalistas deverá ser aqui na Bahia, no mês de novembro, e espero que esta Casa aprove, ou senão diga porque não quer aprovar. O que se tem por trás de não se criar um instrumento que existe em quase todas as Assembleias? Inclusive, ficamos com o papel de difundir no Nordeste, tentar criar em Sergipe e no Ceará.

Então, Sr. Presidente, gostaria que a Mesa desta Casa respondesse porque não aprova uma coisa tão simples como esta. Será que incomoda alguém? Então, o que

está faltando para que a Mesa Diretora aprove a Frente Parlamentar Ambientalista Mista na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia?

Era isso que eu tinha a falar, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Carlos Brasileiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS BRASILEIRO:- Sr. Presidente, deputado Adolfo Menezes, que milita conosco na Região do Piemonte Norte Itapicuru, presidindo esta sessão; Srs. e Sr^{as} Parlamentares; pessoal da *TV Assembleia* e servidores desta Casa, amanhã é aniversário da nossa querida Senhor do Bonfim, que está completando 128 anos e, com a graça de Deus, haveremos de estar lá no meio das ruas visitando e abraçando o nosso povo, comemorando mais um ano de emancipação política.

Lamentavelmente, deputado Adolfo Menezes, V.Ex^a que também conhece a nossa realidade, o povo de Senhor do Bonfim amanhã vai viver um dia de angústia, porque o poder público municipal não vai entregar sequer uma obra a nossa querida gente, que já estava acostumada pelos governos anteriores de receber tantas obras no dia do seu aniversário. Mas, de qualquer sorte, a gente encontra o deputado representante daquele povo, anunciamos várias intervenções que governo do Estado está fazendo e está por fazer, presenteando a comunidade de Senhor do Bonfim pela passagem do seu aniversário, a exemplo da Adutora do São Francisco, cujo projeto já está em execução; quadras poliesportivas para o nosso parque da cidade, a exemplo de tratores agrícolas para a comunidade rural; a estrada que liga Senhor do Bonfim/Andorinhas, que passa pelo distrito de Igara, que está sendo entregue no final de junho.

Então, se a municipalidade não deu nenhum presente ao povo de Bonfim, o governo do Estado, através do governador Jaques Wagner e do nosso mandato, do deputado Carlos Brasileiro, estará presenteando Bonfim com várias ações, com várias obras e com vários planejamentos para os anos futuros.

Em cima disso, quero falar de duas indicações acerca de estradas que estão precisando da intervenção do governo do Estado. Uma, deputado Adolfo Menezes, é o complemento da BA-220, que liga Campo Formoso a Euclides da Cunha. Já foi feita a estrada de Campo Formoso a Senhor do Bonfim há 4 anos, numa intervenção de V.Ex^a, e conseguimos com que o governador Wagner fizesse agora Andorinha a Senhor do Bonfim, e falta o trecho de Andorinha a Monte Santo, para chegar até Euclides da Cunha.

Então é esta a indicação que a gente faz nesta data de hoje, muito importante para aquele povo da Região de Monte Santo que, à vezes, para vir a Senhor do Bonfim, tem que fazer uma volta de mais de 30Km, passando por Itiúba e Cansanção. Esta estrada vai trazer grandes benefícios não só para Monte Santo mas para Andorinha e Senhor do Bonfim. Por isso a nossa indicação neste momento ao governador Jaques Wagner para que proceda a intervenção asfáltica do restante da BA-220, que ainda não tem asfalto.

Outro trecho que acho importante para a nossa região é o trecho que vai ligar Ponto Novo a Caldeirão Grande, Caldeirão Grande a Paraíso, município de Andorinha. É uma estrada que ainda está no piso de chão; que tem muito trânsito da produção agrícola de Ponto Novo, em especial, e que coloca Caldeirão Grande no eixo desses dois importantes municípios do Estado da Bahia, Jacobina e Ponto Novo.

Acreditamos que, pelo avanço que o governador Jaques Wagner e o seu secretário Otto Alencar estão dando na questão da recuperação e construção de novas estradas, esse trecho, repito, que liga Ponto Novo ao distrito de Paraíso, município de Jacobina, que é beirando a BR-324, possa também ser asfaltado para trazer desenvolvimento, conforto e segurança para os munícipes de Ponto Novo, Caldeirão Grande, Jacobina e Saúde.

Enfim, é uma malha que está no meio do Semiárido e no meio da zona rural, e ainda carece de asfaltamento. A única área que realmente não tem asfalto é esse trecho. Por isso, a nossa indicação ao governador Jaques Wagner para que proceda também o asfaltamento desse trecho lá na nossa região, que vai trazer, repito, desenvolvimento para o nosso povo.

Concluo fazendo essas indicações e reforçando e que amanhã todos estão convidados a participar dos festejos do aniversário da cidade do Senhor do Bonfim, a minha querida terra natal, que tanto nos orgulha.

Um abraço a todos os bonfinenses e a todos aqueles que admiram e respeitam a Vila Nova da Rainha, a capital baiana do forró.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, hoje pela manhã houve uma importante sessão especial, proposta pelo deputado Bira Corôa, em comemoração ao Dia Mundial contra a Homofobia, que transcorreu em 17 de maio.

Eu participei dessa sessão especial. Acho que a Assembleia Legislativa precisa se preocupar muito com essas questões, que são de grande importância para todos nós.

A luta contra a homofobia, a luta pela educação inclusiva, que foi também tema de uma sessão especial na última sexta-feira, proposta pela deputada Neusa Cadore, são temas importantes, fundamentais, que nós devemos abordar nesta Casa.

No que diz respeito à questão da luta contra a homofobia, apresentamos o projeto de lei nº 17.873/2009, que estabelece o dia 17 de maio como o Dia Estadual de Luta contra a Homofobia.

Por que nós escolhemos esse dia? Escolhemos esse dia porque foi em 17 de maio de 1990 que a Organização Mundial de Saúde retirou a homossexualidade do rol de enfermidades. Até então, o homossexualismo era considerado uma enfermidade. E aí a ONU reconheceu isso em 1990, retirou, não mais a considerando uma enfermidade, mas uma opção que cada um faz e que deve ter o direito de fazer.

Nós apresentamos esse projeto de lei em 2009, um projeto que, sem dúvida nenhuma, eu acredito, não trará polêmica. É um projeto que deverá ser aprovado o mais rapidamente possível.

Nós também apresentamos outro projeto, nessa mesma linha, que é o projeto nº 17.872/2009, que determina a imposição de sanções à pessoa jurídica, por ato discriminatório praticado contra a pessoa, em virtude de sua orientação sexual.

Esse projeto de lei também está em tramitação, e é bom ressaltar que em São Paulo já se transformou em lei. Acho importante que o Estado da Bahia, dentro de suas competências respectivas, possa estabelecer punições para aquelas empresas que discriminam alguém em função de sua orientação sexual. Portanto, esse projeto tramita aqui, é um projeto de importância e é um projeto que pelo menos no Estado de São Paulo já é lei, já foi aprovado. Nossa expectativa é que ele seja aprovado aqui, também, para que possamos contribuir para que as pessoas sejam respeitadas. Precisamos estimular a cultura da paz, da não discriminação, do não preconceito, para que possamos construir uma sociedade cada vez mais harmônica.

Por último, quero ressaltar um outro tema, também de grande importância. É que o projeto, de nossa autoria, que proíbe o corte de luz, água e telefone no final de semana, já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, encontra-se na Comissão de Educação. Já nomeamos o relator e esperamos que ele seja aprovado o mais rápido possível para beneficiar os consumidores do Estado da Bahia.

Portanto, eram essas as considerações que eu gostaria de fazer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra à deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores da imprensa, quero registrar com muita satisfação que na quarta-feira passada tivemos uma audiência com o presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Dr. Mário Hirs e com a desembargadora Nágila, quando eles assumiram, depois de algumas tentativas nossa, enviar para esta Casa um projeto de lei criando mais cinco Varas de Violência Doméstica. Ficamos muito felizes, porque, quando era presidente da Câmara de Vereadores de Camaçari, eu já havia feito essa indicação ao governador, que enviou para o Tribunal que depois respondeu que não tinha orçamento para isso. Mas dessa vez, o presidente do Tribunal, em conversa com o governador, combinaram e ele está enviando para esta Casa esse projeto de lei, solicitando a criação de mais cinco Varas de Violência Doméstica. Nós temos apenas três varas, uma em Feira de Santana, outra em Salvador e a de Vitória da Conquista, que não está funcionando. Para um Estado do tamanho da Bahia, com 417 municípios, é a mesma coisa que não ter.

Sabemos que para a implementação da Lei Maria da Penha são importantes, são fundamentais esses instrumentos: as Deans e as Varas de Violência. Inclusive as varas da violência aqui na capital têm passado por muitas dificuldades. Aproveitamos, inclusive eu, a secretária da mulher, Lucinha Barbosa, a deputada

Neusa Cadore, a desembargadora Nágila. Achei importante esse compromisso do Tribunal de Justiça da Bahia.

Quero, também, registrar aqui, meu apoio, não pude participar a manhã inteira da sessão de autoria do deputado Bira Corôa, mas acho importante abrimos esse debate de combate à homofobia.

O 17 de maio é o Dia Mundial contra a Homofobia, e quando vemos, hoje, autoridades que estão assumindo comissões, como a Comissão dos Direitos Humanos da Câmara Federal, com aquelas posturas, acho que a sociedade baiana e esta Casa precisam também abrir essa discussão, porque não podemos deixar que percamos avanços, conquistas de direitos humanos por incompreensões, posturas fundamentalistas, por confusão de religião com direitos humanos. Acho que seria um retrocesso muito grande para a nossa democracia. Queria deixar registrado, aqui, também todo o meu apoio. Acho que o 17 de maio deve ser um dia de reflexão, não só em nossos grupos, mas em toda a sociedade baiana para que, realmente, consigamos avançar nessa luta.

Quero, também, registrar, Sr. Presidente, que o governo estadual está realizando convênios com 77 cidades do interior baiano para contribuir com as festas juninas no valor de R\$ 3.775.000, 00.

E faço um apelo aos demais deputados para que nos ajudem, pois é dinheiro público federal, na fiscalização da Lei Antibaixaria, na fiscalização da produção dos eventos, para que os municípios que receberem dinheiro público, dinheiro do Estado, não contratem as bandas das quais já sabemos a forma como tratam as mulheres em suas canções.

E não é só no pagode que se faz esse tipo de música, no forró também vemos algumas canções horrorosas, agredindo à mulher, incentivando a violência. E, hoje, quando estamos nessa cruzada pelo Estado para que a lei seja implantada em todos os municípios, é um momento importante.

Solicitei ao secretário Domingos Leonelli que mandasse cópia do contrato, pois precisamos divulgar isso nas redes sociais, nas rádios, na imprensa local, para que a sociedade fique atenta. E cantor ou banda que for para o São João cantar “Locadora de mulher” ou “Jogaram bomba no cabaré”, só para dar dois exemplos dos absurdos que são essas canções, que sejam multados como está na lei, nos contratos e no nosso projeto, que já virou lei. Então, queria fazer esse apelo aos deputados, porque sabemos que todos temos articulações no interior.

E em nome do prefeito Ismael, de Valente, queremos agradecer, também, ao governo do Estado, que contemplou aquela cidade no Programa de Aquisição de Alimentos. Valente também tem sofrido. Faz parte da Região Sisaleira, onde as pessoas vivem do plantio do sisal, que vendem para as empresas que fazem o processamento. Com essa seca, o município também foi muito sacrificado e muito sofrido.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Carlos

Geilson, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, cara deputada Luiza Maia, que acabou de falar, é impressionante neste Brasil a forma de fazer política e como os deputados e os políticos, de um modo geral, querem estar no poder.

Ainda usarei esta tribuna para falar do adesismo na política estadual. Até entre aqueles que deveriam estar na linha de frente, hoje, existe um adesismo geral.

Mas eu fui eleito na Oposição, permaneço na Oposição e estarei na Oposição. Mesmo que outros que deveriam estar nessa trincheira de luta se estejam bandeando.

Mas, Sr. Presidente, hoje o governador Wagner pôde sentir na pele aquilo que nós, que trafegamos pela BR-324, sentimos no dia a dia. Nesta segunda-feira, pela manhã, o governador Wagner esteve em nossa cidade. Como sempre, pegaria o seu helicóptero. Mas estava chovendo muito. Desistiu e resolveu ir de carro. Logo que sai de Salvador, se depara com um longo engarrafamento. Ele aí chama o helicóptero, que o resgata no meio da viagem, às margens da estrada, e o leva para Feira de Santana.

Governador Wagner, o senhor teve apenas uma pequena mostra do que milhares de cidadãos e cidadãs sofrem na BR-324. Hoje foi testemunha ocular daquilo que nós estamos reclamando aqui, mas o senhor com o seu governo faz ouvidos de mercador. Quero que V. Ex^a - diante do que passou, do constrangimento de ser resgatado no meio de uma viagem para Feira de Santana - se some à nossa voz em protesto contra a Via Bahia.

Esses engarrafamentos não são só no período de chuva, não, governador. Não são só quando acontece uma manifestação ou um acidente na pista. São constantes. Eu desafio neste Estado se há um baiano que tem o hábito de trafegar pela BR-324 e já não ficou encalhado nessa estrada! Mas por mais que se reclame, por mais que se grite, por mais que se esperneie, ninguém sai em nossa defesa! Aqueles que deveriam estar defendendo a população se calam, emudecem, mergulham num silêncio sepulcral, um silêncio surpreendente! E o governador Wagner, espero, sendo essa testemunha hoje deste problema...

Minha cara deputada Graça Pimenta, quantas vezes a senhora já ficou nessa estrada? Quantas vezes eu, a senhora e tantos baianos que se utilizam dessa importante via de acesso ligando o interior à capital?

Esta concessionária, a Via Bahia, que governa e administra ao seu bel-prazer sem que haja uma cobrança mais rigorosa, disse que ninguém chame a empresa às falas. Cabe a nós deputados - no meu caso, da Oposição - levantar este problema não para fazer um questionamento por ser deputado opositor, mas sim trazendo aqui a voz de milhares de pessoas e milhares de baianos que trafegam nessa estrada!

Portanto, governador, não estou satisfeito por V.Ex^a ter ficado num engarrafamento, não, porque eu gostaria que fizesse o transcurso todo e percebesse uma estrada com dificuldades, uma estrada com buracos, uma estrada malconservada e onde nós pagamos pedágio. Nós não rodamos de graça, não! Pagamos! E pagamos por uma estrada malconservada e mal administrada por esta concessionária Via

Bahia, a intocável neste Estado! A Via Bahia!

Agora, com o governador vendo, sentindo na pele, que pelo menos ligue para a presidenta Dilma, sua companheira, para que ela também - aí, quem sabe? - chame a ANTT a tomar alguma providência em relação a essa concessionária.

Sei que já acabou meu tempo. E sou regimental. Mesmo que o presidente esteja distraído numa conversa paralela e eu possa usar todo o tempo até que alguém lhe chame atenção, cumprirei rigorosamente o meu tempo e encerro meu discurso.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado, é que as sessões das segundas-feiras são geladas, e eu estava aqui conversando com meus nobres colegas Bruno Reis, Paulo Azi e Leur Lomanto.

Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, imprensa, visitantes, quero dizer ao deputado Carlos Geilson que realmente o governador fez uma transferência do seu automóvel para o helicóptero. Isso não teve nada a ver com o engarrafamento. Pela manhã o governador saiu para dar uma entrevista, mas como estava chovendo muito para sair de helicóptero, ficou combinado que se a chuva diminuísse o helicóptero acabaria fazendo esse traslado. Foi o que aconteceu.

Sem dúvida alguma, para o governador saber do engarrafamento não é preciso fazer aquele trajeto, porque todos sabem exatamente do que está acontecendo. É por isso que os governos estadual e federal têm trabalhado, no sentido de dar condições de trafegabilidade na cidade de Salvador, e também melhorando as condições da Brasil 324.

Também queria dizer, deputado Paulo Azi, que estamos vivendo um momento de muita dificuldade, na região do sudoeste da Bahia, com o problema da carne clandestina. Eu sou defensor de que toda carne deve ter origem definida, para que a gente possa estar consumindo um produto sabendo a sua origem. Mas todos os estudos dizem que 50% da carne consumida na Bahia vem de abate ilegal, ou seja, nem sempre é clandestina, mas é ilegal, não está dentro das normas técnicas da ANVISA.

Para que as medidas sejam tomadas, este é o meu questionamento com o Ministério Público e às vezes com a ADAB- que tem ajudado- e com o próprio governo do Estado, é que é necessário criar as condições, para que os abatedouros, que são seculares em nosso estado e país, percam a eficácia, ou seja, esses abatedouros não legalizados são os locais onde ocorrem o abate de 50% da carne na Bahia.

É necessário fazer um trabalho de conscientização, um trabalho de mudança de cultura e não pode sair fechando os abatedouros como às vezes acontece. Muitas vezes um abatedouro de uma cidade é fechado e o da cidade vizinha continua com as mesmas condições ou ainda piores, ou seja, não há por parte desses órgãos uma ação integrada, que possa garantir a eficácia de uma medida que deve ser tomada no

sentido de coibir o abate clandestino.

Precisamos entender que milhares de pessoas vivem desse ofício, e o Estado da Bahia, o Ministério Público, todos os órgãos envolvidos devem criar um processo de integração, para não deixar vários pais de famílias desempregados, sem que tenham a oportunidade de buscar sua renda em um outro local.

É por isso que eu queria deixar aqui a minha posição em relação a essa questão. O abatedouro da minha cidade, Itororó, foi fechado na semana passada por decisão da Justiça. Acho que os abatedouros teriam que ser fechados, mas teriam que ter criado as condições anteriores para que realmente não seja estimulado o abate clandestino.

Estamos saindo do abate ilegal para o abate clandestino. Se os abatedouros são fechados e não são criadas as condições para ter um abate legalizado, esse abate acaba indo para a clandestinidade, no fundo das fazendas, onde vai se abatendo no chão, e levado ao consumo.

Então, esse assunto precisa ser resolvido. Quero pedir ao governo do Estado que realmente faça uma ação integrada e adote medidas, no sentido de ajudar os municípios que estejam passando por situação idêntica a do município de Itororó.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Graça Pimenta pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a GRAÇA PIMENTA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, funcionários desta Casa, boa-tarde.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputada Graça, um momento: queria aqui saudar o ex-deputado estadual e atual deputado federal do PSD José Carlos Araújo.

É um prazer, deputado, tê-lo aqui conosco, na sua Casa de tantos anos.

Pode continuar, deputada.

A Sr^a GRAÇA PIMENTA:- Obrigada.

Quero cumprimentar as pessoas que estão nas galerias desejando-lhes boa-tarde. (Lê) “Nobres parlamentares, são cada vez mais frequentes, nos meios de comunicação do Estado da Bahia, notícias sobre ataques a bancos e caixas eletrônicos no Estado. Esse tipo de crime está se propagando e atingindo altos índices. Conforme levantamento divulgado pelo Sindicato dos Bancários da Bahia no dia 8 de maio: de janeiro deste ano até a data citada foram registrados 72 ataques a bancos ou caixas eletrônicos em nosso Estado.

A maior parte deles (58) ocorreu em municípios do interior. A capital baiana foi o local dos outros 14 registros. Entre a forma utilizada nos ataques, a liderança do *ranking* fica com as explosões, que tiveram cerca de 30 ocorrências. Em seguida vêm os assaltos, com 15 registros; os arrombamentos, com 13 casos; e as tentativas frustradas dos crimes, com 7 episódios.

Como vimos, a explosão de caixas eletrônicos é a prática que mais vem sendo utilizada pelos criminosos. Comparando ao ano de 2012, os números dessa

modalidade criminosa neste ano são 81% maiores.

Senhores deputados, senhoras deputadas, os índices continuam crescentes. Os moradores do município de Antônio Cardoso viveram momentos de tensão há poucos dias por conta das ações de bandidos que explodiram dois caixas eletrônicos na cidade. Um caixa ficava instalado na agência do Bradesco, que ficou destruída.

O outro caixa ficava instalado em uma maternidade. Os funcionários de plantão na unidade de saúde foram trancados em uma sala no momento da ação. Diversas paredes da maternidade foram afetadas. Há informações de que os bandidos trancaram a delegacia com correntes e cadeados, o que demonstra a grande ousadia dos criminosos.

Nobres parlamentares, a explosão tornou-se uma modalidade criminosa atrativa para os bandidos por conta de muitos caixas ficarem em locais com baixa segurança. Os terminais eletrônicos estão espalhados em diversos pontos, como farmácias e supermercados. No interior do estado a situação se agrava. Nas pequenas cidades muitos bancos estão localizados em áreas com altos índices residenciais, levando mais risco a população que reside ao redor das instituições bancárias quando ocorrerem situações de ataques com explosivos.

A instalação de um banco ou um caixa eletrônico é sim um benefício para a população, porém ela traz consigo uma série de riscos que devem ser considerados. Portanto é necessário que haja uma maior vigilância na implantação das instituições e dos terminais eletrônicos.

Senhores deputados, senhoras deputadas, deve haver também um maior controle na comercialização dos explosivos, tão utilizados nas explosões de bancos e caixas eletrônicos. É necessário que haja também uma maior preocupação por parte dos poderes públicos para com a segurança das pessoas.

Muito obrigada!”

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, quero parabenizar a deputada Graça Pimenta pelo seu pronunciamento.

A segurança pública na Bahia é um problema, temos um secretário que no meu modo de ver é um secretário operoso, é interessado em resolver os problemas da segurança pública, mas lhe são dadas poucas ferramentas, estrutura muito ruim para combater a criminalidade. Como a deputada falou, em Antônio Cardoso, uma cidade que tem 11 mil e 500 habitantes, de acordo com o último Censo do IBGE, tinha apenas dois policiais, que foram trancafiados e os bandidos explodiram dois caixas eletrônicos. O que está faltando, no meu modo de ver, é uma melhor condição de trabalho para o Secretário Maurício Barbosa. Quero fazer justiça ao jornalista Luís Augusto Gomes, do blog Por Escrito, que desde o início do ano tem feito reiteradas matérias alertando sobre os riscos da cobertura da Fonte Nova, e bastou chover, caiu

uma chuvinha aí nesse final de semana e uma parte da estrutura já ruiu. Muito dinheiro e ao que parece que o serviço não foi feito de qualidade e por dever de justiça parabenizo o jornalista que já vinha alertando há muito tempo em relação a estrutura da cobertura da Fonte Nova.

Hoje, pela manhã, em Feira de Santana, o presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo, fez o lançamento da biografia do deputado Chico Pinto, um dos baianos mais ilustres, um dos baianos que combateu, com muita ênfase, a ditadura, com seus discursos, com sua belíssima retórica. E hoje a Câmara de Feira de Santana prestou uma justa homenagem com a publicação, parando os trabalhos legislativos para que o presidente Marcelo Nilo fizesse o lançamento da biografia desse ilustre feirense, Francisco José Pinto dos Santos.

Hoje, pela manhã, o Governador Wagner deu uma entrevista à Rádio Subaé de Feira de Santana e quem ouviu disse que o governador falou que Feira de Santana vai ganhar um hospital de custódia e que o Hospital Clériston Andrade, esse atual, será usado como hospital de custódia e um outro hospital será construído em Feira de Santana, um outro Clériston Andrade.

Prefiro ouvir essa gravação para poder posicionar-me. A minha indignação é tão grande com essa entrevista do governador, que eu prefiro ouvir, porque aqui o deputado Zé Neto disse reiteradas vezes que em Feira de Santana não se construiria nenhum hospital de custódia e que apenas algumas detentas quase que indefesas, ou quase que inofensivas, seriam transferidas para Feira de Santana. E que nós estávamos trazendo esse assunto, fazendo com que tratássemos pessoas com problemas como lixo humano. Prefiro ouvir a gravação da entrevista do governador Wagner para, em seguida, posicionar-me.

Mas o que Feira precisa, governador, é de uma outra maternidade pública estadual, porque as mulheres sofrem, as mulheres batem nas portas dos hospitais e não encontram vaga para dar luz. Feira não precisa de um hospital de custódia, Feira precisa de um outro hospital para diminuir e fazer frente à grande demanda do Hospital Clériston Andrade.

Mas, por dever de justiça, ouvirei essa gravação para, em seguida, amanhã, poder-me posicionar sobre o que se comenta hoje na cidade, que o governador teria dito que Feira vai ganhar um hospital de custódia. O Líder do Governo, deputado Zé Neto, usando aquela Tribuna, rechaçou quando alertamos sobre isso. De um modo muito mais realista, é ouvir o governador nessa entrevista. Portanto ouvirei a fita, mas deixo aqui, no ar, a minha preocupação.

Dito isso, meu caro presidente Adolfo Menezes da nossa querida Campo Formoso, proceda a uma verificação de quórum para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Caro deputado, visivelmente, nós temos aqui no Plenário seis Srs. Deputados. Portanto, não há número para a continuidade da sessão, declaro encerrada a mesma.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*